

# Subconsumo ou sobreacumulação? Debate teórico e político para a análise da crise atual

GUSTAVO M. DE C. MELLO\*

## Introdução

É consenso entre os marxistas que, apesar dos imensos danos que impingiram à população trabalhadora dos países afetados e dos custos que acarretaram, as crises que pulularam pelo mundo nas décadas de 1980 e 1990 constituíam parte estruturante da atual dinâmica da acumulação de capital. Além do mais, longe de ameaçarem a reprodução sistêmica, tais crises se revelaram oportunidades estratégicas para a concentração e centralização de capital e para aferição de lucros especulativos por grandes conglomerados financeiros; por meio delas se impôs em escala mundial o “ambiente” propício à reafirmação do mando norte-americano. Entretanto, por sua magnitude, violência e amplitude, e pela heterogeneidade que caracteriza o campo marxista, o significado da mais recente crise econômica está longe de ser interpretado de modo consensual.

Neste artigo analisaremos brevemente uma abordagem marxista que talvez seja dominante em língua inglesa. Alguns de seus principais expoentes se reúnem em torno da revista marxista *Monthly Review*, tendo como principal referência teórica a obra de Paul Sweezy e de Paul Baran. Porém, a influência dessa leitura dentre os marxistas extrapola em muito tal círculo.

Grosso modo, trata-se da interpretação da mais recente crise econômica mundial como uma expressão da tendência estagnante inerente ao desenvolvimento do “capital financeiro monopolista”. Sem condições de investir seus excedentes, que

---

\* Economista e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: gusmcmello@usp.br.

se avolumam, e sem pudores em empregar seu crescente poderio em detrimento dos trabalhadores e dos capitalistas não monopolistas – o que se articula ao quadro de repressão salarial que teria sido verificado em âmbito mundial, sob a égide do *neoliberalismo* –, a constrição da demanda efetiva assim produzida teria sido contraposta por uma vigorosa expansão do crédito e do endividamento familiar e empresarial, que por sua vez se relacionaria ao desenvolvimento explosivo dos mercados financeiros e à produção de imensas bolhas financeiras, como a “imobiliária”, que explodiu em 2008. Logo, à crescente monopolização do capital, com seus efeitos estagnantes, ter-se-ia somado a tendência à “financeirização da acumulação”, agravando a instabilidade econômica e proliferando as crises.

Cabe nos determos um pouco na análise crítica dessa tese, atentando para suas raízes teóricas imediatas. Depois disso, sem buscar elevá-la à condição de causa explicativa única ou última das crises, sustentaremos que a análise da trajetória da taxa de lucro – associada ao ritmo da acumulação de capital – é fundamental para se compreender a mais recente crise econômica mundial. Como resultado desse percurso, salientaremos os limites das respostas reformistas à crise e os perigos que elas acarretam.

### **Uma leitura subconsumista da crise**

Em *Monopoly Capital*, como indica o título, e se valendo de análises desenvolvidas por vertentes da teoria econômica convencional, Baran e Sweezy propugnavam que o capitalismo havia adentrado sua fase monopolista, na qual as grandes corporações adquiriram poder de definir seus preços de mercado, ou melhor, de acordo com seu “grau de monopólio”, essas empresas seriam capazes de adicionar um *markup* ao preço de custo de suas mercadorias e manipulá-lo no sentido de sufocar os concorrentes, e de transferir “os custos mais elevados do trabalho sob a forma de preços mais elevados” (Baran; Sweezy, 1968, p.71). Assim, tendo sido em grande medida suprimida a concorrência de preços em função da emergência das grandes corporações monopolistas, “a teoria geral de preços apropriada para uma economia dominada por tais corporações é a teoria tradicional de preços de monopólio da economia clássica e neoclássica” (Baran; Sweezy, 1968, p.58-59).

Segundo os autores, sob o domínio do capital monopolista, tornou-se determinante a extração de lucros na esfera da circulação, seja de “lucros por dedução”, ao pagar salários abaixo do valor da força de trabalho, ou de “lucros por alienação”, pela imposição de preços monopolistas em detrimento dos trabalhadores, e também do capital não monopolista. De modo geral, no mesmo sentido, o poder do capital sobre o trabalho teria se elevado, o que redundaria em crescentes taxas de mais-valia, ou seja, em maior exploração dos trabalhadores. Por outro lado, seriam constituídas distintas taxas médias de lucro, tanto mais elevadas quanto maior a referida capacidade monopolista, conduzindo a uma distribuição dos lucros em favor das grandes corporações.

Ademais, haveria uma tendência generalizada à queda daquilo que os keynesianos designam por “propensão marginal a consumir”, já que diminuiria a participação dos salários no rendimento total, e que o consumo dos capitalistas não acompanharia o crescimento de seu rendimento. Outra importante tendência seria a da diminuição dos estímulos para a realização de novos investimentos e inovações tecnológicas e organizativas (Baran; Sweezy, 1968, p.95-97), em decorrência do incremento da capacidade produtiva em relação à demanda efetiva (o que implicaria em crescente capacidade ociosa), e do interesse dos grandes conglomerados em refrear a tendência à queda das taxas de lucro, que eliminaria o sobrelucro próprio aos monopólios e aos oligopólios. Nesse contexto, a realização dos lucros monopolísticos não poderia se dar apenas por meio do consumo de empresários e trabalhadores; far-se-ia necessário contar com o consumo de crescentes massas de trabalhadores improdutivos, proprietários de terra e outros rentistas, e com as intervenções estatais, genericamente tidos como “fatores externos” à acumulação (Sweezy, 1983, p.179-184). Dentre os elementos que retardariam ou reverteriam temporariamente a estagnação se destacam os gastos relativos à conquista de clientes, mormente com publicidade (que teria substituído a “velha concorrência de preços”); os investimentos estatais, sobretudo o militarismo; e o desperdício puro e simples. Não obstante, os limites da demanda efetiva cedo ou tarde esbarrariam no relativo excesso de capacidade produtiva, o que conduziria, por sua vez, a crises de superprodução. Por esse motivo, os autores consideram que “o estado normal da economia capitalista monopolista é a estagnação” (Baran; Sweezy, 1968, p.108).

Desse modo, Baran e Sweezy localizavam nas dificuldades de realização do valor, e particularmente no subconsumo, o cerne das crises econômicas, voltando seu foco para o problema da demanda efetiva. Como é sabido, tal abordagem fez escola, sendo sustentada e desenvolvida há décadas por um conjunto de marxistas que se reúnem em torno da *Monthly Review*, os quais continuam a repetir que “o crescimento da monopolização criou uma economia enviesada no sentido da sobreacumulação e da estagnação”, bem como do “aumento da taxa de mais-valia à custa dos salários”, além de outros argumentos de seus mestres.<sup>1</sup> Seguindo as veredas abertas por Sweezy no final de sua vida,<sup>2</sup> esses e outros autores procuram teorizar sobre a tendência à “estagnação econômica de longo prazo” que vigora sob o capitalismo monopolista. Eles identificam na década de 1970 o advento de uma nova fase do capitalismo, no interior da qual “a produção mundial é crescentemente dominada por umas relativamente poucas corporações multinacionais capazes de

1 Cf. Foster; Mcchesney; Jonna, 2011; Foster, 2010; Foster; Magdoff, 2010.

2 Em seu último artigo publicado ainda em vida, Sweezy defende: “As três tendências mais importantes na história recente do capitalismo, no período que começa na recessão de 1974-1975: 1) a diminuição da taxa geral de crescimento; 2) a proliferação das corporações multinacionais monopolistas (ou oligopolistas) em escala mundial; e 3) o que pode ser chamado de financeirização do processo de acumulação de capital” (Sweezy, 1997, p.3-4).

exercer um considerável poder monopolista” (Foster; Mcchesney; Jonna, 2011, s/p). Teria havido assim uma “mudança do centro de gravidade da economia da produção para a finança” (Foster; Magdoff, 2009, p.18), que implicou no domínio do “capital financeiro-monopolista global”, e em novas rodadas de repressão salarial (Foster; Magdoff, 2008, s/p).

Evidencia-se que os marxistas que compõem o círculo da *Monthly Review* em grande medida embasam suas análises nas teses de Sweezy e Baran, e por esse motivo é a elas que iremos dirigir algumas críticas. Numa elucidativa passagem citada por Kliman, Sweezy assevera que

o processo de produção é e deve permanecer, independente da forma histórica, um processo de produção de bens para o consumo humano [...], qualquer tentativa de escapar desse fato fundamental representa uma fuga da realidade [...]. Os esquemas [marxianos] de reprodução que aparentemente demonstram o contrário não alteram em nada a questão: produção é produção para o consumo. (Sweezy apud Kliman, 2012, p.172 e 224, respectivamente)

Ao contrário, segundo Kliman, “os esquemas são dispositivos explicativos que revelam, entre outras coisas, que é logicamente possível que a produção intervenha para o bem da produção, indefinidamente, e num grau crescente” (2012, p.164). Em oposição a ambas as interpretações, diríamos que os esquemas da reprodução de Marx visam a demonstrar sob quais condições seria possível a reprodução ampliada do capital *no âmbito da circulação do capital*. No entanto, Marx faz questão de enfatizar que tais condições são de efetivação extremamente difícil, de modo que mesmo nesse âmbito *circunscrito* existe um relevante potencial de desequilíbrios. Não obstante, é evidente que pouco aprenderíamos sobre a produção e a efetivação das crises – e a dinâmica geral da acumulação de capital – se limitássemos a análise ao plano da circulação, sem considerá-lo junto aos demais momentos do processo global de produção capitalista.

Em todo caso, com base na “constatação óbvia e indiscutível”, segundo a qual “toda produção é produção para consumo”, e na prática abstraindo nada menos que o *consumo produtivo* e o fato de que o “departamento” de bens de produção *também produz mercadorias destinadas à reprodução ampliada desse próprio departamento*, Baran e Sweezy concluem que toda a dinâmica econômica desemboca na produção de bens de consumo destinados à aquisição em troca de *renda*. Haveria assim um gargalo na capacidade de realização das mercadorias, o qual não acompanharia o crescente potencial produtivo industrial, em decorrência das inovações tecnológicas reiteradamente introduzidas. Não obstante, Baran e Sweezy concedem imaginar um crescimento econômico motivado pelo incremento da parcela da renda destinada ao investimento no setor de bens de produção, e concluem que isso conduziria a um processo de “crescimento explosivo”, que “mais cedo ou mais tarde excederia as potencialidades físicas de qualquer economia concebível”

(1968, p.81). Enfim, “trata-se de um absurdo do ponto de vista econômico”, já que, cabe repetir, “produção é produção para consumo”.

Ora, salta à vista o caráter dogmático de tais teses, que se sustentam sobre proposições peremptórias e “axiomáticas”, apresentadas como autoevidentes, e portanto dispensando maiores considerações. Sem demonstrá-lo conceitual e nem matematicamente, Baran e Sweezy convertem suas teses em dogma; nesse sentido, transmutam em aberração algo que se encontra na base das análises marxianas e na essência do modo de produção capitalista. Como enfatiza reiteradamente Marx, tão logo abandona a esfera da circulação simples de mercadorias, “a *produção de mais-valia*, que compreende a conservação do valor adiantado inicialmente, apresenta-se assim como a finalidade determinante, o interesse impulsor e o *resultado final* do processo de produção capitalista, em virtude do qual o valor originário se transforma em capital” (Marx, 1978, p.8). Noutras palavras, “a autovalorização do capital – a criação da mais-valia – é, pois, a finalidade determinante, predominante e avassaladora do capitalista, impulso e conteúdo absoluto de suas ações” (Marx, 1978, p.21).<sup>3</sup>

Sem se deter diante de tais proposições, cabe destacar, Baran e Sweezy consideram obsoleta a lei da queda tendencial da taxa de lucros, que seria própria ao “capitalismo concorrencial”; sob o “capitalismo monopolista” ela perderia sua validade, devendo ser substituída pela lei do “excedente crescente” (1968, p.67 e 72) – entendido, numa palavra, como a “diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção” (1968, p.13), com o que se joga por terra, sub-repticiamente, toda a teoria marxiana do valor. O que, aliás, elucida a afirmação de que, sob o capitalismo monopolista, vigora a teoria tradicional de preços de monopólio neoclássica.

Decerto, os discípulos de Sweezy e Baran discordam dessa asserção, afirmando que o esforço de seus mestres visava a “suplementar a análise [de Marx] em sentidos que remetiam a problemas específicos de nossa era” (Foster, 2012, s/p.). Ocorre que em *Monopoly Capital* os autores não expuseram com precisão o que compreendem por excedente econômico, mas em cartas e num capítulo não publicado dessa obra pode-se encontrar essa explicação. Assim, Baran afirma que o excedente consiste na soma dos “lucros, juros, rendas + (e isso é crucial!) custos de distribuição excessivos, despesas com propaganda + RP [Relações Públicas] + departamentos legais + *faux frais* de variação de produtos e mudanças de modelo” (Baran, 2012, s/p). E nessa mesma carta, remetida a Sweezy em 1960, Baran arrebatava: “é importante compreender que nosso excedente econômico não é o mesmo que a mais-valia de Marx, mas é um termo muito mais abrangente e muito mais complexo”. Trata-se antes de uma “importante contribuição para o pensar *além* de Marx” (Baran, 2012, s/p).

3 Cf. Marx, 1973b, p.157 e 216.

Ao ver marxistas tomando custos por excedentes, provocando uma múltipla contagem da mais-valia, e tornando esse conceito irreconhecível, resta a dúvida sobre o que seria pensar “aquém de Marx”. Em todo caso, tamanha extravagância teórica e tão graves equívocos conceituais redundam diretamente da percepção de que, sob o capitalismo monopolista, os custos de realização do capital teriam se tornado indistintos dos custos de produção (Baran; Sweezy, 2012, s/p), numa situação em que a produção de novas necessidades, de novas mercadorias e de novos usos das mercadorias existentes teria se tornado determinante, assim como os esforços de venda, campo em que se concentraria a concorrência em tempos de monopólio. Dessa maneira, coerentemente com o abandono da teoria do valor, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é erodida; e a maneira como Marx teorizou sobre a distribuição da mais-valia entre diferentes setores da produção e nas distintas formas de rendimento é tida como obsoleta. Tudo isso, novamente à guisa de constatação, e sem maiores explicações; para justificá-lo apenas são levantadas questões, por exemplo, a respeito do estatuto categorial do trabalho do engenheiro que se dedica a tornar a mercadoria mais atrativa aos consumidores, ou de um operário de chão de fábrica que “maquia” um produto, introduzindo-lhe adereços extravagantes (Baran e Sweezy, 2012, s/p).

Ignoram os autores que Marx respondeu a essas perguntas diversas vezes; como é sabido, o conceito de trabalho produtivo e improdutivo nada tem a ver com sua “utilidade”, nem “com o conteúdo determinado do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta” (Marx, 1978, p.75), e tampouco simplesmente com o fato de contribuir ou não com a produção capitalista, como em geral concebe a “estreiteza mental burguesa” (Marx, 1978, p.71); ao contrário, são conceitos que dizem respeito à *forma social* em que os trabalhos são realizados. Trabalho produtivo é aquele realizado por qualquer membro do “trabalhador coletivo”, que atue no interior do processo de produção imediato, de modo a valorizar o capital (Marx, 1973b, p.245; 1973a, p.430-431; 1978, p.70 e 75; 1980, p.132, 388 e 391; 1996a, p.138), independentemente da maior ou menor proximidade que exista entre o trabalhador e o objeto de trabalho no âmbito do processo produtivo, e do caráter concreto da intervenção laboral que ele realiza. Trata-se, noutras palavras, do conjunto dos trabalhadores que interferem direta ou indiretamente com a produção da mercadoria e de seus valores de uso. E, cabe acrescentar, isso inclui as atividades que constituem um prolongamento da produção na esfera da circulação, como a indústria de transporte (Marx, 1973a, p.11-12; 1984b, p.43, 100 e 109). Logo, respondendo à questão de Sweezy e Baran, diz Marx que,

como com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente real* do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de

trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico etc., outro, como capataz (*overlooker*), outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante –, temos que mais e mais *funções de capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*. (Marx, 1978, p.71-72)

Por seu turno, improdutivo é o trabalho diretamente trocado por renda (Marx, 1980, p.137), bem como, em geral, o trabalho comandado diretamente pelo Estado (Marx, 1973b, p.19 e 23; 1980, p.397), e os trabalhos (essenciais à produção de capital) concernentes à transferência do direito de propriedade das mercadorias (Marx, 1984a, p.218; 1984b, p.97), ao intercâmbio do capital enquanto mercadoria (capital portador de juros) etc. Muitos desses trabalhos, ao serem realizados por empresas específicas, contribuem com a produção de capital na medida em que reduzem os “falsos custos de produção”, que seriam muito mais elevados se cada empresa tivesse que se haver com tais exigências da produção por conta própria. E sua relevância para o processo global de produção de capital é tanta que dá a muitos desses setores o direito à taxa média de lucro, de tal modo que tal taxa é calculada sobre a soma do capital industrial e do capital comercial (Marx, 1984a, p.216). Outras dessas atividades especializadas garantem a mobilização produtiva de grandes montantes de capital que de outra maneira permaneceria ociosa, incrementam a rotação de capital, e também reduzem “falsos custos de produção”, garantindo às empresas que as executam um importante quinhão na distribuição da mais-valia, sob a forma de juros.

No que tange aos trabalhadores engajados no esforço de vendas – que tanto preocupam Baran e Sweezy –, mesmo quando eles se encontram no interior da esfera da circulação, quando sua atividade não se restringe a promover “modificações formais” (a referida transferência do direito de propriedade), Marx os insere na categoria de trabalhadores produtivos, como revela o seguinte trecho dos *Grundrisse*:

Enquanto o comércio leva um produto a mercado, outorga-lhe uma nova forma. Certamente, somente modifica sua existência local. Mas o tipo de modificação formal não nos interessa. O comércio confere ao produto um novo valor de uso (e isso é válido até para o comerciante varejista, que pesa, mede, empacota e dessa maneira dá forma ao produto para o consumo) e esse novo valor de uso consome tempo de trabalho; é, portanto, ao mesmo tempo, valor de troca. (Marx, 1973a, p.148)

Segundo a avaliação de Baran e Sweezy, Marx não teria teorizado devidamente a respeito da “natureza do valor de uso das mercadorias”, nem da “evolução

histórica das necessidades” e de sua “morfologia concreta” (2012, s/p), pois “as novas necessidades que emergiam rapidamente e se proliferavam sob o impacto do desenvolvimento capitalista em sua maior parte refletiam necessidades humanas genuínas”. E “mesmo os requerimentos da nova classe alta – a ascendente e crescente burguesia – ainda estavam longe de ser extravagantes; a inelutável necessidade de acumular, de lançar o capital de volta aos negócios, coloca limites severos no luxo e no desperdício” (Baran; Sweezy, 2012, s/p).

Novamente os autores se equivocam. Marx não incorreu no erro fetichista de distinguir entre necessidades “genuínas” e “não genuínas”; ao contrário, ele fala de necessidades surgidas do “estômago ou da fantasia”, pois sabia que, “igualitária e cínica nata, a mercadoria está sempre disposta a trocar não só a alma, como também o corpo, com qualquer outra mercadoria, mesmo quando esta seja tão desagradável como Maritornes” (Marx, 1996b, p.210). Da perspectiva do capital, e é disso que se trata aqui, tudo que alimenta a roda de Juggernaut da acumulação é genuíno, mesmo uma arma de destruição em massa.

Ademais, Marx demonstrou que a verdade do processo de circulação imediata de mercadorias está na valorização do valor, no próprio movimento do capital, como abstração real em movimento, que tudo tende a subsumir como momento de sua autoexpansão. Isso inclui uma cada vez mais sistemática produção de necessidades e uma normatização do consumo. Por esse motivo, ao contrário do que asseveram Baran e Sweezy, Marx deu suficiente atenção ao processo de produção de novas mercadorias e de novas necessidades sociais. Por exemplo, num trecho dos *Grundrisse* pode-se ler que

a produção de mais-valia relativa [...] requer a produção de novo consumo; que o círculo consumidor dentro da circulação se amplie assim como antes se ampliou o círculo produtivo. *Primeiramente*: ampliação quantitativa do consumo existente; *segundo*: criação de novas necessidades, difundindo as existentes em um círculo mais amplo; *terceiro*: produção de *novas* necessidades e descobrimento e criação de novos valores de uso. (Marx, 1973b, p.360)

O mesmo vale para o caráter perdulário adquirido pela burguesia, posto que a reprodução ampliada do capital possibilita ao capitalista incrementar seu próprio consumo, sem modificar o fundo de acumulação, ou mesmo converter parte do seu fundo de consumo em fundo de acumulação (Marx, 1996b, p.237). Isso lhe permite sucumbir à tentação do consumismo, distanciando-se do entesourador, cuja ascese “lhe tira a manteiga do pão”. Assim, “seu esbanjamento [do capitalista] cresce, contudo, com sua acumulação, sem que um precise prejudicar a outra. Com isso desenvolve-se, ao mesmo tempo, no coração do capitalista um conflito fáustico entre o impulso a acumular e o instinto do prazer” (Marx, 1996b, p.227). Além disso,

com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, da acumulação e da riqueza, o capitalista deixa de ser mera encarnação do capital. Ele sente um “enternecimento humano” por seu próprio Adão e torna-se tão culto que chega a ridicularizar a paixão pela ascese, como preconceito do entesourador arcaico. Enquanto o capitalista clássico estigmatiza o consumo individual como pecado contra sua função e “abstinência” da acumulação, o capitalista moderno é capaz de conceber a acumulação como “renúncia” a seu instinto do prazer. (Marx, 1996b, p.226).

Mas não se trata de mero capricho. O desenvolvimento do modo de produção capitalista impõe a necessidade de o capitalista apelar ao sistema de crédito, e seu êxito é, em parte, proporcional ao grau de confiabilidade e de prosperidade que ele é capaz de ostentar. Dessa forma, o esbanjamento, o luxo, a ostentação da riqueza e a produção da suntuosidade se tornam uma parte dos “custos de representação do capital” (Marx, 1996b, p.226). Por outro lado, a dinâmica global da acumulação, catapultada pelas formas “financeiras” do capital, nalguns momentos enseja (e impele a) um prolongamento desmedido do consumo produtivo e pessoal dos capitalistas, e mesmo do conjunto das classes sociais, por meio de múltiplas “manifestações” do capital portador de juros.

Baran e Sweezy minimizam a importância de diversas formas de concorrência intercapitalista, desconsiderando uma série de evidências empíricas – já que os grandes conglomerados competem encarniçadamente em seu palco elementar de atuação, que é o mercado mundial. No mesmo sentido, os autores ignoram aspectos-chave da teoria marxiana, segundo a qual existe uma imbricação entre concorrência e monopólio, de tal modo que o processo de concentração e centralização de capital, inerente à acumulação de capital, repõe a concorrência em uma escala superior (Marx, 1984a, p.168; 1996a, p.257-260). Ao mesmo tempo, curiosamente, eles postulam a tendência à redução dos investimentos em relação ao excedente, no sentido de preservação dos lucros monopolistas. Com isso, desprezam o fato de que a ausência de investimento produtivo dos “excedentes” produziria uma tendência à redução da taxa de lucro nos setores monopolistas, e por conseguinte os motivos que conduziriam ao não investimento – a manutenção de lucros monopolistas (“extraordinários”) – seriam suprimidos.

Por fim, cabe acrescentar, deve ser desconcertante para os subconsumistas ter que fechar os olhos para as diversas proposições de Marx acerca do movimento contraditório do capital, no interior do qual crescentes taxas de exploração do trabalho redundam em taxas declinantes de lucro, a despeito da extração de maiores massas de mais-valia e da produção de massas crescentes de lucro (Marx, 1984a, p.168-169).

Em suma, como pano de fundo dos importantes equívocos conceituais e da falta de substrato empírico das teses de Baran e Sweezy, encontra-se a combinação de uma concepção idealista, que toma o capitalismo como uma “sociedade

de consumo”, com a “mania fetichista” de privilegiar a dimensão material da produção em detrimento de sua forma social (Marx, 1978, p.78).

Não é o caso de Sweezy e Baran, mas há de se recordar, com Kliman (2012), que diversos subconsumistas se refugiam sob o mito de que Okishio jogou por terra a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Trata-se propriamente de um mito porque em geral não se perde tempo analisando o “teorema de Okishio” ou o trabalho de seus seguidores; sua mera evocação basta para descartar inteiramente toda a exposição marxiana sobre a lei tendencial da taxa de lucro.<sup>4</sup> Ignora-se, assim, as inúmeras críticas que o artigo de Okishio recebeu desde a sua publicação, as investigações de diversos marxistas que lograram fornecer uma rigorosa tratativa matemática à questão e, no limite, todo o aparato teórico desenvolvido por Marx. Como agravante, desde Böhm-Bawerck, as críticas em geral desprezaram a forma de exposição e a metodologia desenvolvida por Marx, incluindo a concatenação das categorias, na qual aquela ora posta pressupõe as que foram apresentadas anteriormente, ao mesmo tempo que determina retroativamente essas categorias mais abstratas. Acima de tudo, com suas lentes positivistas e axiomáticas, os críticos tradicionalmente se apressaram em denunciar como aberrantes as contradições entre diferentes momentos da apresentação conceitual marxiana, bem como sua suposta roupagem metafísica, negando-se a reconhecer o caráter contraditório – e “metafísico” – do próprio objeto – o “sujeito automático” capital.

Tal procedimento foi involuntariamente mimetizado por diversos marxistas, em seu afã de afirmar o caráter científico de suas teses, sem porém questionar os padrões de cientificidade dominantes. Nesse sentido, assumindo preceitos marginalistas de equilíbrio econômico, muitos se engajaram em demonstrar o caráter não contraditório e matematicamente infalível das proposições de Marx. Com isso, produziram um espantinho sujeito a todo tipo de ataques por parte da ortodoxia econômica, em reação à qual muitos marxistas optaram por abandonar sem maiores considerações a teoria do valor, a lei da queda tendencial da taxa de lucro e outros desenvolvimentos teóricos fundamentais, em favor de sistemas teóricos de extração keynesiana, ricardiana ou walrasiana, recheados com anátemas contra a exploração dos trabalhadores e ornadas com loas e conclamações à sua organização – afinal de contas, não é porque são positivistas que eles deixaram de ser marxistas.

Salta à vista algumas semelhanças que essa abordagem subconsumista guarda com o keynesianismo, e de resto é notória a influência de Keynes sobre Sweezy e diversos de seus seguidores, que são chamados por alguns de seus críticos de “marxistas keynesianos”.<sup>5</sup> Não obstante, e a despeito de suas interpretações convergentes sobre as raízes e o desenvolvimento da crise,<sup>6</sup> a conclusão a que chegam

4 Cf. Okishio, 1961.

5 Cf. Mandel, 1967.

6 Cf. Krugman, 2009, p.192.

esses marxistas por vezes é bem distinta da keynesiana (ou da pós-keynesiana). Enquanto os últimos apelam para seus pacotes de medidas anticíclicas e de reformas institucionais, *além disso*, os marxistas(-keynesianos) apontam para a necessidade de superação do capitalismo. Porém, fazem-no em termos que são de uma pobreza teórica e de uma ingenuidade política tragicômicas:

nunca antes a necessidade de uma revolução foi tão grande. No lugar de um sistema global inteiramente devotado ao ganho monetário, nós necessitamos criar uma nova sociedade dirigida à igualdade substantiva e ao desenvolvimento humano sustentável: um socialismo para o século XXI. (Foster, 2010, s/p)

Que pressuporia “a *eutanásia* do capitalismo”, em favor do “desenvolvimento humano sustentável”, da “plenitude ecológica” e do “cultivo da genuína comunidade humana” (Foster; Magdoff, 2010, p.3).

Até certa altura, Sweezy também tirava conclusões revolucionárias de sua teoria de crises; no entanto, diante do seu desapontamento com as experiências soviética e chinesa, e sobretudo após o colapso do “socialismo real”, ele passou a propugnar que a questão a ser encarada, de uma perspectiva de esquerda, girava em torno do que “pode ser feito dentro do enquadramento do sistema de empresa-privada para fazê-lo funcionar melhor?”, ao que responde: “redistribuição de riqueza e renda no sentido de maior igualdade” (Sweezy apud Kliman, 2012, p.200).

Há de se reiterar que, de certa forma, tais teses subconsumistas atualmente fundamentam as interpretações de membros de diversas vertentes do marxismo. Por exemplo, James Petras propugna que “a causa fundamental [da mais recente crise econômica] é a sobreacumulação de capital resultante da superexploração do trabalho, conduzindo a taxas de lucro ascendente e ao colapso da demanda” (Petras, 2011, p.3). Já Giovanni Arrighi considera que na atual fase de desenvolvimento capitalista “a crise se transformou de uma caracterizada pela queda da taxa de lucro, por causa da intensificação da concorrência entre capitais, em uma de superprodução em razão da escassez sistêmica de demanda efetiva criada pelas tendências do desenvolvimento capitalista” (2009, p.17). David Harvey, por sua vez, assevera que “a crise de 2008-2009 não pode portanto ser entendida em termos de aperto de lucros. A repressão salarial em função da superabundância de oferta de mão de obra e a consequente falta de demanda efetiva de consumo é um problema muito mais sério” (2010, p.66).

Em certo sentido, como indica essa última citação, da mesma forma como enfatizam o “subconsumo” para explicar a mais recente crise econômica mundial, autores como Arrighi e Harvey ressaltam o *profit squeeze*, a “compressão dos lucros”, em decorrência da “explosão salarial” verificada na segunda metade da década de 1960, como causa central da crise econômica que se alastrou na década de 1970, e que deu origem à nova fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista (Arrighi, 2008, p.136). Grosso modo, a teoria do *profit*

*squeeze* explica as crises como resultado da compressão das taxas de lucro em decorrência da elevação dos custos de mão de obra, seja em função de um aumento da demanda por força de trabalho num ritmo superior ao da oferta, na fase ascendente do ciclo, seja pela mudança da correlação de forças entre patrões e empregados, em favor dos trabalhadores, que poderia igualmente conduzir ao incremento dos salários reais diretos e indiretos, a crescentes custos de supervisão e controle do processo de trabalho, à diminuição do ritmo em que a produtividade do trabalho se eleva, e assim por diante. Sem almejar a resolução da discussão, cabe recordar que,

a tendência à queda da taxa de lucro está ligada à tendência a se elevar a taxa de mais-valia, e, por conseguinte, o grau de exploração do trabalho. *Nada mais absurdo, portanto, que explicar a queda da taxa de lucro em termos do aumento das taxas de salários, embora isso também possa ser um caso excepcional.* (Marx, 1984a, p.182, grifos meus)

Ao contrário dessas explicações, e indo finalmente ao ponto, tanto o fim da “era de ouro do capitalismo” como a eclosão da última crise econômica estão ligados à trajetória da taxa de lucro e da acumulação de capital. Algo que seria de se esperar, e que é perfeitamente sustentável em termos lógicos e empíricos, mas que é frequentemente rechaçado como se se tratasse de um “esquematismo” dogmático e mecanicista. É certo que as análises de Marx sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro foram recorrentemente vulgarizadas tanto por marxistas quanto por seus opositores, e que a noção de “lei” – afirmativa ou criticamente – em geral foi interpretada de maneira positivista, incapaz de aceitar que “as mesmas causas que acarretam a queda da taxa geral de lucro provocam efeitos contrário, que inibem, retardam e em parte paralisam essa queda. Não anulam a lei, mas debilitam seu efeito” (Marx, 1984a, p.181). Uma vez cativa de um campo antidialético, tornou-se fácil refutá-la com base em critérios e métodos lógicos e matematicamente “inquestionáveis”.

### **A crise e a trajetória da taxa de lucro**

Muitos esforços já foram realizados no sentido de demonstrar o equívoco desse tipo de procedimento, e de perscrutar a relação entre lei da queda tendencial da taxa de lucro e o advento da última crise econômica mundial. Autores como Callinicos (2009), Shaik (2010), Carchedi (2011), Roberts (2009) e o já citado Kliman (2012), dentre vários outros, desenvolveram estudos empíricos e conceitualmente embasados sobre o papel da trajetória da taxa de lucro no interior da dinâmica global de acumulação de capital, enfatizando a relevância da queda da taxa média de lucro para a compreensão da chamada crise de “estagflação” da década de 1970 e da mais recente crise econômica mundial. Por falta de espaço, optamos por deixar de lado aqui as diferenças que existem

entre as abordagens e os resultados a que chegam cada um desses autores. Ao contrário, sem endossar plenamente a metodologia e as conclusões produzidas por esse autor, tomaremos por base desta seção os estudos de Kliman, expostos em seu mais recente livro.

O autor não ignora que a lei da queda tendencial da taxa de lucro tem no mercado mundial seu espaço de manifestação, mas a falta de dados confiáveis em escala global fez que ele se concentrasse na evolução da taxa de lucro nos Estados Unidos. Por outro lado, as estatísticas que embasam essas análises se resumem ao capital fixo, pois não existiriam informações confiáveis sobre o tempo de rotação do capital circulante (Kliman, 2012, p.80-81). Além disso, esse autor opta por focar apenas o setor corporativo, mais precisamente o setor corporativo “doméstico”. Por fim, à falta de um “instituto marxista de estatísticas”, é evidente que a forma de agregação dos dados pelas instituições de pesquisa de modo geral não se coaduna com as categorias marxianas, o que introduz dificuldades à investigação.

Ainda de uma perspectiva metodológica, deve-se considerar a polêmica em relação à maneira de se ajustar o investimento líquido (a diferença entre o investimento bruto e a depreciação). Seja quando deflaciona o investimento líquido por meio do índice GDP (*Gross Domestic Product* – Produto Interno Bruto – *index*) ou de uma estimativa da chamada Melt (*Monetary Expression of Labour Time* – expressão monetária do tempo de trabalho), Kliman utiliza o mesmo deflator tanto para o investimento bruto como para o custo histórico da depreciação. A essa escolha, autores como Michel Husson (2008) objetam propugnando que o custo histórico de depreciação do ano corrente não pode ser deflacionado por meio de índices correntes, já que os ativos foram comprados anteriormente, a preços distintos dos atuais. Fazendo uma concessão provisória, Kliman constrói séries estatísticas sob os parâmetros propostos por Husson, que não obstante comprovam a tendência à queda da taxa de lucro (Kliman, 2012, p.87). Porém, na sequência Kliman sustenta que a taxa de lucro a custos correntes não é verdadeiramente uma taxa de lucro, pois implica no equívoco de reiterada e retroativamente “revalorizar” os ativos – “inflando o denominador da taxa de lucro em períodos de inflação ascendente, rebaixando artificialmente a taxa de lucro, e deflacionando o denominador em períodos de desinflação, artificialmente elevando a taxa de lucro” (Kliman, 2012, p.113) –, além de não ter importância prática, já que os capitalistas avaliam seus negócios e planejam seus investimentos com base no rendimento auferido em comparação ao capital adiantado, e não com base nos custos correntes de reposição dos seus ativos fixos. Numa palavra, tanto para os capitalistas “como para Marx”, o lucro é o montante monetário que excede o capital total adiantado; o que diferencia a compreensão deles sobre a questão é sobretudo a descoberta de Marx segundo a qual “o lucro é somente uma forma transmutada, derivada e secundária da mais-valia, a forma burguesa, na qual se apagam todos os rastros de sua gênese” (Marx, 1973a, p.99), como

se ambas as formas do capital – constante e variável – competissem igualmente para a valorização do capital (Marx, 1984b, p.30).<sup>7</sup>

Com base nessa metodologia, e sob os parâmetros explicitados há pouco, Kliman produz o seguinte gráfico relacionando a evolução das taxas de lucro e de acumulação desde o início da década de 1970:



Fonte: Kliman, 2012, p.91.

Sua conclusão é que a persistente diminuição na taxa de lucros redundou em queda da taxa de acumulação, e em crescentes dificuldades para se arcar com as dívidas contraídas, cuja rolagem passou a exigir mais créditos, e impulsionou uma espiral de endividamento, tanto das empresas como das “famílias”. Por outro lado, a taxa de lucro declinante ajuda a explicar a tendência à manutenção de baixas taxas de juros, já que uma reduzida taxa de lucro desestimula novos investimentos, e portanto diminui a concorrência por crédito.

Essas evidências embasam a crítica de Kliman à hipótese de que a atual fase de desenvolvimento capitalista, e particularmente suas baixas taxas de crescimento, podem ser simplesmente explicadas pela “contrarrevolução neoliberal”, ou por uma reconstituição do poder de classe burguês. Considerando indicadores como

<sup>7</sup> Como sintetiza Prado (2012, p.8), ao se medir o estoque de capital por meio do conceito de custo de reposição, “está se suprimindo a historicidade do processo econômico, para passar a pensá-lo segundo a lógica de otimização característica dos modelos de equilíbrio geral da teoria econômica ortodoxa”.

a taxa de crescimento da produção industrial, ou o investimento em ativos produtivos fixos em relação ao lucro, o autor conclui que uma parte importante dos declínios verificados não corresponde estritamente ao ascenso neoliberal (Kliman, 2012, p.54-56 e p.91).

Em seu combate às teses subconsumistas, Kliman também sustenta que a compensação dos trabalhadores não declinou ao longo das últimas décadas, quando se leva em consideração os componentes não salariais que perfazem a compensação real dos trabalhadores. Segundo ele, o que se verificou foi uma considerável redução no seu ritmo de crescimento (Kliman, 2012, p.124), uma boa parte dela ocorrida ao longo da década de 1970 (Kliman, 2012, p.69). Segundo as suas estimativas, a redução do ritmo de crescimento das compensações teria acompanhado de perto a redução no valor líquido adicionado pelas corporações, de tal forma que não estaríamos diante de “um fenômeno distributivo”, e sim de um resultado da “relativa estagnação da produção capitalista” (Kliman, 2012, p.124).

De fato, segundo Hobsbawm, malgrado as particularidades nacionais, na totalidade dos países capitalistas centrais os Estados de bem-estar social continuaram a se fortalecer ao longo da década de 1970, e em sua maioria, segundo Anderson, os esforços neoliberais para desconstruí-los não foram tão exitosos (Hobsbawm, 1994, p.254 e 278-279; Anderson, 1995, p.15-16). Ocorre que a distribuição do trabalho social nos distintos ramos produtivos se dá em escala mundial, e o impulso desmedido do capital ao aumento da jornada de trabalho, à redução salarial, à precarização das condições de trabalho etc., manifestou-se de modo extremamente vigoroso em diversos países, mormente na periferia do capitalismo, onde jamais se consolidou um Estado de bem-estar social. A despeito das dificuldades em se aferir esse processo, é fundamental considerá-lo à luz do mercado mundial. Por outro lado, é digno de consideração o fato de que a mais recente crise econômica mundial, em função do maciço desemprego e dos desequilíbrios orçamentários que causou, está servindo como mote para uma nova ofensiva contra os direitos trabalhistas e os salários. Mesmo em países nos quais as políticas de bem-estar social se mantiveram relativamente intactas, seu desmantelamento já se encontra em curso.

Sem descartar eventuais discrepâncias, é de se esperar que num momento ascendente do ciclo econômico a demanda por força de trabalho aumente, ao passo que diminua o preço das mercadorias que compõem a “cesta de consumo” dos trabalhadores, em decorrência do aumento da produtividade. Por essa dupla via, seria provável que a remuneração dos trabalhadores se elevasse, sem com isso reverter a tendência ao aumento relativo da riqueza dos capitalistas, à reprodução das relações de assalariamento e à multiplicação das condições de exploração dos trabalhadores, e a um alijamento ainda maior em relação à propriedade dos meios de produção, cuja aquisição pressupõe crescentes montantes de capital.<sup>8</sup> Já numa

8 Cf. Marx, 1977, p.72; 1996a, p.250-251.

fase subsequente do ciclo, a tendência é de desaceleração do ritmo de crescimento da renda total dos trabalhadores, podendo inclusive haver uma redução absoluta do nível total de compensação percebida pelos trabalhadores. Isso por si só não dá razão às teses subconsumistas, e não priva de significado a tendência à queda da taxa de lucro. Ao contrário, é antes uma de suas expressões, assim como a própria “monopolização” a que se referem Baran, Sweezy e seus seguidores.<sup>9</sup>

Nas palavras de Marx,

[...] à medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é a sua única finalidade), sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua. (Marx, 1984a, p.183; 1986, p.34-35 e 106-107)

Estamos, por conseguinte, diante de tendências duradouras e nada mecânicas, que redundam em crescente instabilidade econômica, e cujo verdadeiro significado se revela sob conjunturas específicas, nas quais a crise é deflagrada. Não é necessário, portanto, que, no exato momento em que ocorre o “colapso”, as taxas de lucro estejam em queda, mas esse declínio nos possibilita compreender, por exemplo, o impulso do capital a buscar caminhos financeiros para dar continuidade ao seu movimento autoexpansivo.

De todo modo, seria igualmente equivocado elevar a queda da taxa de lucro à condição de causa única das crises. Quando se trata da mais recente crise econômica, parece indiscutível que a consideração criteriosa e detida das investigações realizadas no interior do marxismo é imprescindível, afinal, as crises devem ser compreendidas em sua singularidade. No entanto, a profusão de abordagens concorrentes e mesmo antípodas por si só indica equívocos de cunho conceitual. As crises econômicas – acompanhando o movimento do próprio capital como seu negativo, e ao mesmo tempo como elemento determinante para a reposição da acumulação em escala sempre ampliada – manifestam-se sob diversas formas, em diferentes planos, assim como o faz o sujeito-capital, como demonstra rigorosamente Jorge Grespan (1998), cuja exposição acompanharemos aqui. De modo breve e pouco exaustivo, cabe recordar que já no âmbito da circulação simples de capital a possibilidade formal da crise se faz presente por meio da potencial separação, no tempo e no espaço, entre os atos de compra e venda de mercadorias. E mesmo num momento tão elementar da investigação, delinea-se o *movimento geral da crise*: trata-se do desfecho da “autonomização exterior” de “momentos internamente dependentes”; ou da autonomização de momentos copertinentes, de polos de um todo unitário, de “momentos essenciais do todo”, uma unidade

<sup>9</sup> Cf. Marx, 1980, p.1487.

de contrários, os quais se independentizam, até um ponto determinado, em que a “unidade essencial” – uma unidade em processo – se faz valer e se efetiva; o ponto da crise.<sup>10</sup>

Tão logo se adentra o âmbito da produção imediata, o capital se revela como a *hybris* em movimento, pondo-se enquanto medida de si próprio por meio da desmedida (Marx, 1980, p.928); ou seja, na condição de valor que se valoriza mediante a apropriação de trabalho excedente (Marx, 1996a, p.40, 42, 51, 139 e 155; 1996b, p.347, 351, 379 e 382-383), o capital incessantemente converte a si próprio como limite e como barreira a ser superada, manifestando-se como um montante de valor que deve ser ultrapassado num processo de reiterada perda e subsequente reposição dessa medida, como se se tratasse de um jogo estritamente quantitativo.<sup>11</sup>

Ainda que de maneira pobre em determinações, no domínio da produção imediata surge também uma nova acepção de desmedida, concernente à autoimposição de um limite que o capital não consegue converter em barreira a ser superada, relativa à tendência à substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou ao aumento do capital constante em relação ao capital variável. A crise se insinua aqui não mais como mera possibilidade, mas como *necessidade*, que nada tem a ver com “fatalidade”, no sentido de uma relação mecânica entre causas e consequências. Antes, o movimento dialético do capital produz tendências e contratendências que possuem formas próprias e complexas de articulação: é “necessário” como oposto ao meramente “contingente”, mas inclui a contingência. Ademais, a prevalência das tendências, longe de anular as contratendências, ativa e catalisa muitas delas, e a recíproca é verdadeira.

Já sob a égide da circulação de capitais, em que o capital salta da forma capital-monetário à forma capital-produtivo, e desta à forma capital-mercadoria, para novamente assumir a forma capital-monetário e assim sucessivamente, são ensejadas desproporções interdepartamentais, e com elas uma nova acepção de desmedida, diante da tendência ao excesso relativo de produção num dado departamento.

Finalmente, da ótica de seu processo global de produção, o capital passa a se guiar pela “taxa fetichista de valorização”, a taxa de lucro, como se capital constante e variável constituíssem fontes equivalentes de valor. O movimento da acumulação, no qual a extração de mais-valia relativa é determinante, e com ela a tendência ao aumento da taxa de mais-valia, implica igualmente na tendência à diminuição da taxa de lucro, a qual eventualmente acaba por inibir a reprodução ampliada do capital, criando assim um óbice que por vezes só é superado após um surto de autodesvalorização (e por meio dele). A desmedida aqui significa a perda abrupta e violenta da medida, e se exprime na discrepância entre duas

10 Cf. Marx, 1973b, p.72-75 e 132; 1977, p.76 e 97; 1980, p.948-949; 1986, p.271; 1996b, p.236 e 421.

11 Cf. Marx, 1973b, p.227; 1973a, p.339; 1977, p.127; 1984a, p.189.

medidas da acumulação, a taxa de mais-valia e a de lucro. Uma das expressões desse processo que inclui a reprodução ampliada e a sobreacumulação de capital é o crescimento desmedido das modalidades “financeiras” e fictícias do capital, que se manifesta na forma de bolhas especulativas.

Ao que parece, inúmeros marxistas recaíram num (crônico) erro de classificar e segmentar as crises – como crises de realização, crises de superprodução, crises monetárias, crises financeiras etc. –, sem perceber a unidade contraditória de seus momentos, ou então no equívoco de fixar uma dessas formas e elevá-la à condição de causa absoluta das crises. Não se trata de considerá-las equivalentes; porém, é igualmente patente que qualquer tipo de leitura unilateral ou fatalista significa a perda do objeto. Mesmo as tendências e contratendências elementares da acumulação devem ser perscrutadas à luz de sua totalidade, e não isoladamente. Nesse sentido, insistamos, redundaria em erro apartar a tendência à queda da taxa de lucros – a “mais importante lei da economia” no interior do modo de produção capitalista (Marx, 1973a, p.281) – do processo de produção do capital fictício, por exemplo.

### **À guisa de conclusão: a crise e o capitalismo de Estado**

Ora, nas últimas décadas, a deflagração de crises de sobreacumulação em toda a sua abrangência e destrutividade tem sido em grande parte evitada por meio da atuação do Estado como “garantidor em última instância do capital”, e como “causa contra-atuante” de primeira ordem. E é inegável que a eclosão da crise econômica mundial conduziu a um acirramento do intervencionismo estatal, que assumiu um caráter – “estatizante” – incomum nas últimas décadas. Não obstante, a ampla ação estatal (enquanto “Grande Governo” e empregador em última instância, para usar uma linguagem keynesiana) foi um traço marcante da hodierna dinâmica da acumulação, que acompanhou as crises financeiras que se multiplicaram. Não deve surpreender, portanto, o juízo de Robert Brenner segundo o qual Reagan foi “o maior keynesiano que já existiu” (2009, p.18), ou de Charles Morris, quando diz que “na economia, Nixon foi keynesiano em todos os sentidos” (2009, p.58). Como salienta Kliman, o “keynesianismo” dos governos conservadores e neoliberais se explica pelo seu comprometimento último com a dinâmica da acumulação, que não se submete a tal ou qual orientação ideológica (Kliman, 2012, p.183). A despeito de seu fanatismo e de seu caráter apologético, os gestores são essencialmente pragmáticos (o que não significa que sejam infalíveis, ou que suas ações não produzam efeitos contraditórios).

Se o intervencionismo acompanha de perto os ciclos econômicos, o que muda é a escala de intervenção estatal, correspondente à escala da crise. A questão que se coloca é se na última crise essa distinção quantitativa produziu uma “desmedida”, que conduzirá a um profundo rearranjo institucional, e mesmo ao advento de uma nova fase de desenvolvimento capitalista.

Ora, com suas vultosas medidas anticíclicas e seus programas de salvamento e de injeção de liquidez no mercado mundial (que inauguraram ou devem ainda

inaugurar uma séria crise nas finanças públicas de diversos países), além de terem demonstrado uma capacidade de ação extraordinária, mobilizando cifras impressionantes, as autoridades monetárias e as instituições supranacionais parecem ter referendado uma vez mais toda sorte de práticas especulativas, e fornecido nova e contundente prova do domínio das grandes corporações sobre os aparatos estatais e multilaterais. E ainda mais importante, parecem ter postergado uma expressiva depressão econômica, que poderia ter um caráter disciplinador e catalisador de radicais reformas. Por esses motivos, apesar de sua configuração e evolução única, talvez a próxima crise econômica mundial siga um roteiro próximo ao atual, e não demore a eclodir.

Ademais, o ímpeto “regulador” que é despertado por episódios como o da última crise pode ser mal direcionado, afinal, o foco dos “reformadores” tende a se voltar para problemas muito específicos, que provavelmente não estarão no cerne do próximo “abalo” econômico (daí a máxima segundo a qual os “reguladores” “estão sempre lutando a última guerra”). Se estivermos corretos e as causas da crise não se resumirem à falta de instrumentos e instituições regulatórias e de supervisão, as eventuais reformas que vieram à baila em reação à última crise poderão apenas retardar e alimentar o novo cataclismo econômico. Por fim, não parece delirante o alerta de Kliman para os perigos de um reformismo fadado ao fracasso, que provocaria frustrações, e poderia eventualmente contribuir para a emergência de “alternativas” fascistas ou de outras variantes totalitárias de capitalismo de Estado (Kliman, 2012, p.202).

Em suma, as saídas reformistas, a despeito da roupagem de esquerda que assumam ou possam vir a assumir, forçosamente redundarão em fiasco, e na ausência de uma alternativa revolucionária (emancipatória), seu malogro poderá alimentar decisivamente as “saídas” de ultradireita. Por conseguinte, e nos limitamos aqui a constatá-lo, não parece haver outra solução senão o engajamento na construção político-organizativa que vise a recolocar a revolução em nosso horizonte imediato.

### Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, G. Entrevista a David Harvey. *Revista Rebellion*, maio 2009. Disponível em: <[http://www.rebellion.org/noticia\\_pdf.php?id=85959](http://www.rebellion.org/noticia_pdf.php?id=85959)>. Acesso em: 18/02/2012.
- \_\_\_\_\_. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. *Monopoly Capital: an essay on the American economic and social order*. New York: Modern Reader Paperbacks, 1968.
- \_\_\_\_\_. Two Letters on Monopoly Capital Theory. *Monthly Review*, v.62, n.7, dez. 2010. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2010/12/01/two-letters-on-monopoly-capital-theory>>. Acesso em: 17/12/2012.

- BARAN, P.; SWEEZY, P. Some Theoretical Implications. *Monthly Review*, v.64, n.3, jul.-ago. 2012. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2012/07/01/some-theoretical-implications>>. Acesso em: 13/08/2012.
- BRENNER, R. What is Good for Goldman Sachs is Good for America. Disponível em: <<http://www.sscnet.ucla.edu/issr/cstch/papers/BrennerCrisisTodayOctober2009.pdf>>. Acesso em: 25/02/2012.
- CALLINICOS, A. *Imperialism and the global economy*. Londres: Polity, 2009.
- CARCHEDI, G. *Behind the crisis: Marx's dialectics of value and knowledge*. Boston: Brill, 2011 (Historical Materialism Book Series, v.26).
- FOSTER, J. B. The Financialization of Accumulation. *Monthly Review*, v.62, n.5, out. 2010. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-financialization-of-accumulation>>. Acesso em: 06/02/2012.
- \_\_\_\_\_. A Missing Chapter of *Monopoly Capital*. *Monthly Review*, v.64, n.3, jul.-ago. 2012. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2012/07/01/a-missing-chapter-of-monopoly-capital>>. Acesso em: 25/08/2012.
- FOSTER, J. B.; MCCHESENEY, R.; JONNA, J. The Internationalization of Monopoly Capital. *Monthly Review*, v.63, n.2, jun. 2011. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2011/06/01/the-internationalization-of-monopoly-capital>>. Acesso em: 12/02/2012.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. Financial Implosion and Stagnation. *Monthly Review*, v.60, n.7, dez. 2008. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2008/12/01/financial-implosion-and-stagnation>>. Acesso em: 07/02/2012.
- \_\_\_\_\_. The Great Financial Crisis. *Monthly Review*, v.62, n.5, out. 2010. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-great-financial-crisis-three-years-on>>. Acesso em: 06/02/2012.
- \_\_\_\_\_. *The Great Financial Crisis: causes and consequences*. New York: Monthly Review Press, 2009.
- GRESPLAN, J. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- HARVEY, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. New York: Oxford University Press, 2010.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HUSSON, M. A systemic crisis, both global and long-lasting. 2008. Disponível em: <[hussonet.free.fr/histokli.pdf](http://hussonet.free.fr/histokli.pdf)>. Acesso em: 15/02/2012.
- KLIMAN, A. *The failure of capitalist production*. Londres: Pluto Press, 2012.
- KRUGMAN, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- MANDEL, E. A teoria do valor-trabalho e o capitalismo monopolista. 1967. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mandel/1967/12/teoria.htm>>. Acesso em: 10/02/2012.
- MARX, K. Trabalho assalariado e capital. In: *Textos*, v.3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo sexto inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. v.1. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973b.

- MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*. v.II. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973a.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro I, tomo I. São Paulo: Victor Civita, 1996b. Coleção Os Economistas.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro I, tomo II. São Paulo: Victor Civita, 1996a. Coleção Os Economistas.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Victor Civita, 1984b. Coleção Os Economistas.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro III, tomo IV. São Paulo: Victor Civita, 1984a. Coleção Os Economistas.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro III, tomo V. São Paulo: Victor Civita, 1986. Coleção Os Economistas.
- MORRIS, C. *O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009.
- OKISHIO, N. Technical Changes and the Rate of Profit. *Kobe University Economic Review*, n.7, 1961.
- PETRAS, J. World Depression: Regional Wars and the Decline of the US Empire, 2011. Disponível em: <[www.petras.laheine.org/?p=1775](http://www.petras.laheine.org/?p=1775)>. Acesso em: 10/02/2012.
- PRADO, E. F. da S. Kliman: a grande falha do capitalismo. 2012. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/03/baixar-texto-25.pdf>>. Acesso em: 15/05/2012.
- ROBERTS, M. *The Great Recession: profit cycles, economic crisis. A Marxist view*, 2009. Disponível em: <[www.archive.org/details/TheGreatRecession.ProfitCyclesEconomic-CrisisAMarxistView](http://www.archive.org/details/TheGreatRecession.ProfitCyclesEconomic-CrisisAMarxistView)>.
- SHAIKH, A. The first great depression of the 21<sup>st</sup> Century. In: Panitch, L.; Albo, G.; Chibber, V. *The Crisis this Time: Socialist Register*. Londres: Merlin Press, 2010.
- SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.
- \_\_\_\_\_. More (or Less) on Globalization. *Monthly Review*, v.49, n.4, set. 1997.

*Palavras-chave:* crise, superprodução, subconsumo, superacumulação.

*Abstract:* The objective of this paper is to present the evolution of Marx's theory of crisis. It shows that the concept of overproduction as the ultimate cause of crisis undergoes substantial changes as Marx goes deeper and deeper into his critique of political economy. Initially crisis is explained as caused by the sluggish growth of consumer demand relative to production based on modern capitalist methods. After capital crisis is viewed as the result of excess demand for productive capital relative to its supply, an unbalance which causes prices to increase. As a result, the speculative phase – which according to Marx is a phase that always precedes crisis and is mistakenly viewed as its ultimate cause – can be integrated into the theory of crisis of overproduction as its immediate cause.

*Keywords:* crisis, overproduction, underconsumption, overaccumulation.

## Subconsumo ou sobrecumulação? Debate teórico e político para a análise da crise atual

GUSTAVO M. DE C. MELLO

*Resumo:* A mais recente crise econômica mundial foi uma das mais profundas, abrangentes e violentas da história do capitalismo. Não obstante, existem múltiplas e divergentes explicações sobre suas origens, seus desdobramentos, e as perspectivas por ela abertas. Ao sustentar, sem nenhuma pretensão de originalidade, que se trata de uma crise de sobrecumulação de capital, com múltiplas determinações e inscrita na hodierna dinâmica da acumulação de capital, e, por conseguinte, não meramente de uma crise decorrente do desregramento das finanças ou da falta de demanda efetiva, apontaremos os limites e o risco das respostas reformistas que proliferaram, sobretudo as concernentes ao fortalecimento do intervencionismo estatal. Para tanto, será criticada a perspectiva “subconsumista” veiculada pela escola da *Monthly Review*.

*Palavras-chave:* crise econômica mundial, crise financeira, crise de sobrecumulação, reformismo.

*Abstract:* The most recent world economic crisis was one of the most deep, comprehensive and violent of the history of the capitalism. Nevertheless, there are multiple and divergent explanations on its origins, its unfolding, and the perspectives opened by it. While supporting, without any claim of originality, that this crisis is a crisis of overaccumulation of capital, with multiple determinations and inscribed in the present dynamic of the accumulation of capital, and, consequently, not merely of a crisis resulting from the disorder of the finances or of the lack of effective demand, we will point to the limits and the risk of the reformist answers that proliferated, especially concerning the strengthening of a state

interventionism, under any variants of State capitalism. For that, there will be criticized the “underconsumptionist” perspective conveyed by the *Monthly Review*'s school.

*Keywords:* world economic crisis, financial crisis, overaccumulation crisis, reformism.

## La teoría del imperialismo de Rosa Luxemburg y sus críticos: la era de la Segunda Internacional

MANUEL QUIROGA E DANIEL GAIDO

*Resumo:* El libro *La acumulación del capital* de Rosa Luxemburg, concebido con el fin de proporcionar una base teórica a la lucha contra el imperialismo librada por el ala izquierda del partido socialdemócrata alemán – y, por extensión, de la Segunda Internacional –, fue objeto de furiosas polémicas desde el momento de su publicación en 1913. Nuestra ponencia trata sobre la recepción de dicha obra en el seno de la Segunda Internacional antes del estallido de la Primera Guerra Mundial, a la luz de los documentos recogidos en nuestro reciente libro *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I* (Brill, 2012). Dichos documentos son presentados según su filiación política, centrándonos primero en las reacciones de los teóricos del ala centrista, nucleados en torno a Karl Kautsky en Alemania y a Otto Bauer en Austria, y luego en las actitudes de dos teóricos del ala izquierda de la Segunda Internacional: el “tribunista” holandés Anton Pannekoek y el líder del ala bolchevique del Partido Obrero Socialdemócrata de Rusia, Vladimir Lenin. Nuestro análisis muestra que, si bien la condena a *La acumulación del capital* por parte de los centristas fue casi unánime, su aceptación por parte del ala izquierda distó de ser universal. De hecho, tanto Pannekoek como Lenin rechazaron la teoría del imperialismo de Luxemburg y adoptaron los análisis económicos de un prominente vocero del ala centrista: el austro-marxista Rudolf Hilferding. Nuestro trabajo finaliza analizando las razones de dichos desencuentros teóricos.

*Palabras clave:* acumulación, imperialismo, social-democracia.

*Abstract:* The book *The Accumulation of Capital* by Rosa Luxemburg, conceived in order to provide a theoretical basis for the fight against imperialism waged by the left wing of the German Social Democratic Party – and, by extension, of the Second International, was the subject of furious controversial from the moment of its publication in 1913. Our paper deals with the reception of that work within the Second International before the outbreak of the First World War, in the light of the documents in our recent book *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I* (Brill, 2012). These documents are presented according to their political affiliation, focusing first in the reactions of centrist wing theorists, gathered around Karl Kautsky in Germany and Otto Bauer in Austria,